

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

Susana Michels¹
Maria Preis Welter²

Palavras chave: Deficiência auditiva; Educação; Inclusão; LIBRAS.

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório é resultado de uma bolsa de pesquisa do Artigo 171 que tem como tema “Inclusão de alunos com deficiência auditiva em escolas de ensino regular”.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola de Educação Básica São Vicente, onde há matriculados alunos que possuem deficiência auditiva e que têm acompanhamento de segundo professor que auxilia na comunicação e no processo ensino-aprendizagem entre professores e alunos.

O trabalho objetivou conscientizar a sociedade em geral da necessidade de respeito ao outro, levando-se em conta a diversidade humana e a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, destacando a qualificação de professores que atuam na inclusão de alunos com deficiência auditiva, proporcionando um atendimento qualificado no ensino regular.

Atualmente, a inclusão social e principalmente escolar, no ensino regular, vem evoluindo, porém a escola inclusiva ainda não cumpre seu papel quanto ao aluno; dentre os diversos fatores está a qualificação do professor quanto às necessidades dos alunos atendidos. Com a evolução da inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular, tem-se em vista a qualificação de um professor auxiliar/tradutor, intérprete de LIBRAS.

A educação é a principal responsável pela formação e construção da identidade da criança com deficiência auditiva, e como tal, também tem o papel de manter a integração com o mundo cultural. As pessoas se desenvolvem na medida em que agem e interagem com o mundo da diversidade e com o enriquecimento por meio do coletivo, sendo assim indispensável o convívio com as diferenças. A inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares atribui às escolas o papel essencial de desenvolver habilidades para uma maior autonomia e contribuir com sua evolução, através de um currículo apropriado,

¹ Acadêmica do Curso de pedagogia da FAI – Faculdades de Itapiranga: email: susana_michels@hotmail.com.

² Mestre em Educação UNISUL/Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da Fai Faculdade. pedagogia@seifai.edu.br

promovendo educação e reflexão sobre a necessidade de viabilizar um atendimento eficaz ao aluno com deficiência auditiva, incluindo-o nas atividades e no meio social.

Muito se tem falado sobre a inclusão escolar nos últimos anos, porém, este ainda é um processo que está em construção, pois ainda há muito o que fazer.

Para tanto, tem-se como objetivo demonstrar para a sociedade a importância do atendimento adequado às pessoas com deficiência. A educação especial existe para educar e atender pessoas que apresentam algum problema de aprendizagem e exigem atenção e recursos específicos.

2 DESENVOLVIMENTO

Um dos principais papéis da educação é a socialização: integrar o indivíduo ao meio. Pessoas com deficiências foram marcadas ao longo da história pela rejeição e discriminação, cansadas de vê-las sofrendo, amigos, familiares, voluntários e profissionais constituíram uma grande rede.

O propósito da Educação Especial não é excluir os alunos de uma educação em escolas regulares, mas sim de dar atendimento pedagógico necessário. Todas as mudanças que ocorreram foram para encontrar a melhor maneira de ensino às pessoas com deficiência.

As mudanças na educação vêm ocorrendo com frequência, dessa forma a inclusão de alunos com deficiência auditiva vem aumentando e com isso novos métodos pedagógicos deverão ser estabelecidos.

Inclusão é uma oportunidade/possibilidade de aperfeiçoamento para a educação escolar, beneficiando assim todos os alunos, com ou sem deficiência. A inclusão implica em uma mudança, tanto na escola, professores e educandos em geral. Segundo Fonseca (1995, p. 41) “inclusão parece não oferecer dúvidas, literalmente significa ação ou resultado de incluir, de envolver, de abranger, de fechar, de encerrar, de introduzir, de inserir, dentro de alguma coisa”.

Para incluir não basta somente trazer os alunos para a escola, mas sim envolvê-los em atividades no meio social que desenvolvem sua cultura, suas práticas e gerar um avanço psicológico. Entretanto, se faz necessária uma integração entre a prática com o teórico-pedagógico.

Para que tal evento ocorra, deve-se recorrer ao grande problema: até que ponto as escolas e a sociedade estão preparados para que essa inclusão aconteça? Sabe-se da

dificuldade que professores enfrentam diante dessa realidade com a formação para o atendimento especializado a esses alunos.

Antigamente a surdez era vista como uma doença e como eles passavam muito tempo em instituições de surdos, a língua de sinais foi se desenvolvendo e construindo processos de identificação e diferenciação política e cultural.

Com o passar dos anos houve grande mudança na área da educação, principalmente em relação ao direito à educação, à participação e à igualdade de oportunidades para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Essas mudanças ocorreram com o objetivo de oferecer-lhes uma educação de qualidade na qual se atendessem as necessidades básicas de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de competências fundamentais necessárias para a participação na vida econômica, social, política e cultural.

Há ainda muito a fazer para que realmente essa inclusão aconteça, pois é um processo lento e precisa ser visto como uma ação social que envolve todos que se preocupam em educar. A sociedade precisa se preparar para lidar com a diversidade humana, estar aberta a diferentes experiências reconhecendo o potencial de cada cidadão e respeitando suas possibilidades e limites, pois muitas vezes nossa própria ação acaba excluindo as pessoas que consideramos diferentes de nós.

A escola inclusiva deve ter o compromisso com o respeito à pluralidade cultural e o acolhimento às diferenças individuais o que implica reconhecer a diferença linguística relativa aos surdos que, pela falta da audição, necessitam do acesso a experiências linguísticas mediadas por uma língua que não ofereça barreiras à sua interação e aprendizagem: a língua de sinais.

As LIBRAS são gestos usados pelas pessoas com deficiência auditiva modalidade distinta das línguas orais. Assim, apresentam uma estrutura gramatical própria. Porém, tanto a criança surda bem como a ouvinte tem capacidade de aprender a língua de sinais. Para tanto, é muito importante para o desenvolvimento de uma criança surda a intervenção precoce, ou seja, nos primeiros anos de sua vida, para que ela adquira e desenvolva uma linguagem e receba estimulação para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e físico. Por isso, a inclusão precisa ocorrer desde a educação infantil.

Para o aluno com deficiência é fundamental a presença de um intérprete de LIBRAS para mediar a comunicação em sala de aula. Porém, o professor precisa estimular o aluno a pensar, raciocinar; não pode lhe dar respostas prontas, ele precisa ser tratado como outro aluno qualquer, sem distinção. Sendo assim, o apoio dos colegas e a ajuda nas atividades é

muito importante, mas, muitas vezes, o aluno é deixado de lado nos questionamentos, debates, seminários, entre outros. Nesse sentido aborda Arantes (2006, p. 65):

Os professores do ensino regular e especial têm necessidade de rever seus papéis e de atualizar seus conhecimentos e práticas, de modo que todos possam reconhecer e valorizar as diferenças, sem que nenhum momento tenham de desconhecer o direito indisponível e incondicional de todos os alunos à escola comum. É de acordo com essa maneira de trabalhar que vou enfrentando os problemas e atingindo o que pretendo nas escolas.

Em algumas escolas o ensino é transmitido pelos docentes numa perspectiva tradicional, sem levar em consideração as limitações físicas ou intelectuais dos alunos. Ou seja, transmitem um ensino técnico, totalmente desarticulado da realidade dos alunos, fazendo com que os mesmos não tenham uma aprendizagem significativa, visto que o conhecimento é um processo em construção, e ainda, cada aluno apresenta uma forma diferenciada de ritmo que precisa ser respeitada.

Em cada classe haverá uma diversidade de cultura e conhecimentos, portanto, caberá ao professor usufruir de estratégias como: desenvolver novas metodologias de ensino; utilizar recursos diferenciados e processos de avaliação adequados, como forma de tentar minimizar a desigualdade e trabalhar a diversidade.

Entretanto é necessário introduzir métodos e estratégias visuais complementares à língua de sinais-alfabeto manual, gestos naturais, dramatização, mímica - no desenvolvimento das atividades curriculares, a fim de facilitar a comunicação e a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.

Planejar atividades com diferentes graus de dificuldade e que permitam diferentes possibilidades de execução (pesquisa, questionário, entrevista, entre outros) além de propor várias atividades para trabalhar um mesmo conteúdo (vivências, observações, leitura, pesquisa, construção coletiva, entre outros) faz a diferença.

Dessa forma, a adequação de professores capacitados atinge seu foco. Professores comuns têm dúvidas do que irão ensinar aos alunos com necessidades que se deparam frequentemente com as resistências dos professores e gestores, manifestadas através de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas de que possam apresentar soluções mágicas, de aplicação imediata causando certa decepção e frustração, pois ela não existe.

Parece que o professor está esquecendo-se do seu papel. Em alguns meios não se considera o momento do professor, sua formação, as condições da própria escola em receber

esses alunos, que entram nas escolas e continuam excluídos de todo o processo ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão. Conforme Souza (2006, p. 95),

Mal informados e com receio de que os “alunos incluídos” aumentem seus problemas de ensino e prejudiquem ainda mais as suas turmas, baixando o nível de desempenho e de aprovação dos grupos nas provas- referencias fundamentais para se avaliar a qualidade da educação excludente de nossas escolas-, os professores do ensino regular resistem à inclusão. Os professores do ensino especial sentem e fazem o mesmo; eles também têm receio, mas de perder o espaço que conquistaram na educação escolar, seja nas escolas especiais, seja nas comuns.

Por um lado os professores julgam-se incapazes de dar conta dessa demanda, despreparados e impotentes frente a essa realidade que é agravada pela falta de material adequado, de apoio administrativo e recursos financeiros. Observa-se com frequência a dificuldade dos professores, a partir de suas falas carregadas de preconceitos e estimas, frustrações e medo.

Aliado a esse contexto escolar, encontra-se certa dificuldade do ponto de vista econômico, principalmente nas escolas, que analisam o custo-benefício da acessibilidade como adaptar a escola com material adequado, com custo elevado para o número insignificante de pessoas com deficiência. Por trás disso, sabe-se que existe a ideia de que as pessoas com deficiência são improdutivas e, por isso, pouco se investe. Contudo esse posicionamento dificulta a entrada na escola e no trabalho, acentuando assim a sua condição desfavorecida em relação a outras pessoas.

Entretanto, há falha de interação entre escola/professores com os pais dos alunos com necessidades especiais. É de suma importância essa interação entre os mesmos, conforme destaca Mittler (2000, 215),

As relações entre pais e profissionais passaram por várias fases. Durante algum tempo, os pais foram praticamente ignorados pelos profissionais e foram deixados para continuar com os cuidados da criança. Os profissionais encorajaram pais e mães a “colocar sua criança em uma instituição”. Aqueles que não seguiram o conselho receberam pouco encorajamento ou apoio.

Por essa razão, professores deverão orientar pais em relação ao processo de inclusão de seus filhos. Com todos os avanços tecnológicos existentes hoje, o aluno com deficiência auditiva tem a disposição materiais em LIBRAS para melhor entendimento do mesmo.

2.1 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO COM PROFESSORES

Para muitos dos educadores entrevistados sobre o que significa inclusão escolar de alunos com deficiência é criar condições para que os alunos com deficiências possam participar de atividades aperfeiçoando o processo de ensino aprendizagem.

Diante das respostas recolhidas dos educadores, percebe-se que muitos dos profissionais entrevistados possuem noção sobre o que é o processo de inclusão de deficientes no ensino regular.

Questionados sobre o que entendem por LIBRAS muitos profissionais responderam que LIBRAS seria a Língua Brasileira dos Sinais, a comunicação usada entre ouvinte e deficiente auditivo ou vice-versa, sendo de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando a comunicação entre surdos e ouvintes, podendo expor opiniões, sentimentos e a capacidade e vontade de aprender, tornando-se alfabetizado. Dessa forma, cabe ao professor oferecer subsídios, recursos e metodologias para que este aluno aprenda e se desenvolva.

Contudo, muitos profissionais - mesmo com uma vasta experiência, ainda se sentem despreparados para trabalhar com alunos deficientes incluídos na escola de ensino regular e, muitas vezes, não possuem cursos e planejamentos adequados para lidar com essas situações.

Muitos veem a inclusão como algo que faz a diferença tanto na personalidade do deficiente como também na questão social, sendo de suma importância incluí-lo, porém muitas vezes ainda acaba sendo deixado de lado nessa inclusão.

Professores de rede de ensino regular colocaram várias questões que dificultam a inclusão com deficiência auditiva na escola, uma delas é a falta de profissionais capacitados para trabalhar com esses alunos, como também, o pouco conhecimento que possuem sobre inclusão, não sabendo que metodologias poderiam estar usando para um efetivo processo ensino-aprendizagem.

Diante disso, consideram que, para uma aprendizagem efetiva desses alunos, deveriam apropriar-se de uma metodologia adequada com a realidade e capacidade desses alunos, deixando bem clara a questão e a necessidade de conhecer LIBRAS.

Todos os profissionais pesquisados acreditam que a escola não está preparada para receber e atender alunos com deficiência, pois, há muitas mudanças que precisam ocorrer para tal processo se concretizar, iniciando pela formação profissional.

3 CONSIDERAÇÕES

As mudanças são fundamentais para que a inclusão efetivamente ocorra, todavia exige esforço de todos para que a escola possa ser vista como um ambiente de construção do conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e incapacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, de todo aluno, independente das dificuldades, podendo beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso sugere ao professor uma mudança de postura, além da redefinição de papéis podendo, assim, favorecer o processo de inclusão.

Para que a inclusão seja uma realidade será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo ensino-aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. É importante utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar.

Da mesma forma, focar na formação profissional do professor é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos fará a diferença.

Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações, investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos e avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação serão os próximos passos.

Valorização maior das metas e não dos obstáculos encontrados pelo caminho, priorizando as questões pedagógicas e não apenas a questão biológica, com expectativa de que tudo será resolvido pela saúde são determinantes para o processo ocorrer.

Não há nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, no entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade. É preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar. Assim aborda Fonseca (1995, p. 219):

Professores deficientes visuais, auditivos ou motores podiam dar uma grande contribuição à formação de professores e na educação de crianças deficientes, estimulando oficialmente a sua atividade pedagógica e científica. Ninguém pode ser classificado medicamente como inválido para ensinar, ainda mais com a atual tecnologia. Há que explorar este filão, quer para o problema da integração, quer ainda para os benefícios que, conseqüentemente, resultariam para a educação de crianças deficientes.

Nesse porvir, considera-se que para o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

REFERÊNCIAS

ARANTES Valéria Amorin (Org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

Faculdade Unida de Suzano – UNISUZ. Disponível em:
http://www.revistainterfaces.com.br/Edicoes/1/1_1.pdf Acesso em 18/04/2014

FERREIRA Luiz Antonio Miguel. **Educação, Deficiência e Cidadania**. Disponível em:
<http://www.justitia.com.br/artigos/5wby8a.pdf> Acesso em 13/10/2012.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial**. 2. ed. Porto Alegre: Revista e Aumentada, 1995.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva, contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIBEIRO Eliane de Jesus; ROGATA Aparecida Antanes Netto. **A INCLUSÃO E OS DEFICIENTES AUDITIVOS**. Disponível em: <
http://www.revistainterfaces.com.br/Edicoes/1/1_1.pdf> Acesso em 26/11/2013

SOUZA, Maria Regina de. Silvestre Núria; ARANTES Valéria Amorin (Org). **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus. 2006.

STRIEDER, Roque. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Unoesc, 2009.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão escolar: concepção de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.